

## Sumário

1	Objetivo .....	1
2	Etapas do Processo de Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual .....	1
3	Instruções Gerais .....	2
4	Instruções Específicas .....	2
5	Documentação Necessária do processo de Criação de RPPN Estadual .....	2
5.1	Documentação Necessária para Formalização de Intenção de Criação da RPPN Estadual: .....	2
5.2	Documentação Necessária para a Averbação da RPPN Estadual: .....	3
5.3	Documentação Necessária para a Criação da RPPN Estadual: .....	3
	Anexo 1 – Modelo de Requerimento .....	4
	Anexo 2 – Modelo de Procuração .....	5
	Anexo 3 – Modelo de Formulário de Caracterização da Área da RPPN Estadual Proposta .....	6
	Anexo 4 – Endereços da Fundação do Meio Ambiente - FATMA .....	9

## 1 Objetivo<sup>1</sup>

Definir procedimentos e a documentação necessária para o reconhecimento da Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual, em conformidade com o disposto na Lei Federal nº 9.985 de 18 de julho de 2000, Decreto Federal nº 4.340 de 22 de agosto de 2002, Decreto Federal nº 5.746 de 05 de abril de 2006, Lei Estadual nº 14.675 de 13 de abril de 2009 e Decreto Estadual nº 3.755 de 22 de dezembro de 2010.

## 2 Etapas do Processo de Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual

O procedimento para a Criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual - RPPN Estadual, obedecerá às seguintes etapas:

- Cadastramento do proprietário requerente junto ao Sistema de Informações Ambientais – SinFAT.
- Requerimento solicitando a criação da RPPN Estadual, acompanhado dos documentos e formulários pertinentes.
- Análise pela FATMA dos documentos e formulários apresentados.
- Realização de vistoria técnica pela FATMA em data previamente agendada. É necessária a presença do proprietário, ou pessoa por ele designada, a qual deve ter total conhecimento da área objeto da vistoria.
- Solicitação pela FATMA de esclarecimentos e de complementações, quando couber, em decorrência da análise dos documentos e da vistoria realizada, podendo haver a reiteração da mesma solicitação, caso os esclarecimentos e complementações não tenham sido satisfatórios.
- Divulgação, pela FATMA, no Diário Oficial do Estado da intenção de criação da RPPN Estadual.
- Divulgação, no *site* e no mural da sede da FATMA e a respectiva CODAM, pelo prazo de 30 (trinta) dias, das informações sobre a RPPN Estadual proposta.
- Expedição, pela FATMA, de ofícios ao(s) município(s) onde se localiza a RPPN Estadual e ao ICMBio, comunicando a intenção do proprietário em criar a RPPN Estadual.
- Emissão pela FATMA, de parecer técnico e jurídico deferindo ou indeferindo a criação da RPPN Estadual.
- Notificação ao proprietário quanto ao deferimento ou indeferimento do processo.
- Comparecimento do proprietário na FATMA para assinatura de Termo de Compromisso de Averbação de RPPN Estadual no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data de notificação ao proprietário sobre o deferimento do processo.

<sup>1</sup> As Instruções Normativas podem ser baixadas no *site* da FATMA ([www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)).

- Averbação pelo proprietário do Termo de Compromisso de Averbação de RPPN Estadual junto ao cartório de registro de Imóveis.
- Encaminhamento pelo proprietário, a FATMA, de cópia da Certidão do Registro de Imóveis com a averbação da área como RPPN Estadual, conforme dados constantes no Termo de Compromisso de Averbação de RPPN Estadual, no prazo máximo de 90 (noventa) dias a contar da data da averbação.
- Publicação, pela FATMA, de Portaria declarando o reconhecimento da RPPN Estadual, no prazo de 30 (trinta) dias a partir do recebimento da Certidão do Registro de Imóveis com a averbação da área como RPPN Estadual.
- Encaminhamento, pela FATMA, da Portaria publicada ao Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio para inclusão no Cadastro Nacional das RPPN's.
- Inserção da RPPN Estadual no Cadastro Estadual de Unidades de Conservação.

### **3 Instruções Gerais**

- Toda a documentação deve ser apresentada em formato digital e em uma via impressa em formato A4 (210mm x 297mm).
- As cartas, plantas e mapas devem seguir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e devem ser apresentadas em formato digital (Autocad ou ArcView) e em uma via impressa em formato A3 ( 297mm x 420mm).
- O requerimento ou documento com rasura será recusado.
- Quaisquer textos que venham a integrar o processo de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual devem ser redigidos em português e as unidades adotadas devem ser as do Sistema Internacional de Unidades.

### **4 Instruções Específicas**

- A RPPN Estadual pode ser criada na totalidade ou em parte do imóvel.
- Caso a área proposta para integrar a RPPN Estadual seja inferior a 20% da área total do imóvel e inexistindo Reserva Legal averbada, o reconhecimento da RPPN Estadual só será concluído após a devida averbação de Reserva Legal. Ver Instrução Normativa nº. 15 - Averbação da Reserva Legal.
- Para compor a RPPN Estadual não são aceitos imóveis em penhora ou qualquer outra forma de pendência existente, exceto se possuir certidão negativa de débitos expedida pelo órgão de administração tributária competente pela arrecadação dos tributos relativos ao imóvel.
- Quando o imóvel possuir mais de um proprietário ou se tratar de condomínios, devem ser apresentados os dados de identificação de todos os proprietários ou condôminos. O requerimento de criação da RPPN Estadual também deve ser subscrito por todos os proprietários ou condôminos, mesmo que seja necessária mais de uma via de igual teor.
- Nos casos de apresentação de documentação incompleta não será realizada vistoria técnica no imóvel.
- A análise da proposta e realização da vistoria técnica pode demandar alteração do perímetro proposto da RPPN Estadual.

## **5 Documentação Necessária para Processo de Reconhecimento de RPPN Estadual**

### **5.1 Documentação Necessária para Formalização de Intenção de Criação da RPPN Estadual:**

- a. Requerimento de declaração de intenção de criação da RPPN Estadual e confirmação da localização segundo as coordenadas geográficas (latitude/longitude) ou planas (UTM). Ver modelo Anexo 1.
- b. Procuração, para representação do interessado, com firma reconhecida. Ver modelo Anexo 2.
- c. Cópia(s) autenticada(s) da(s) cédula(s) de identidade do(s) proprietário(s);
- d. Cópia(s) autenticada(s) da(s) cédula(s) de identidade do(s) cônjuge(s) ou companheiro(s);
- e. Cópia autenticada da Ata da eleição da última diretoria quando se tratar de Sociedade ou do Contrato Social registrado quando se tratar de Sociedade de Quotas de Responsabilidade Limitada.
- f. Certidão atualizada do órgão de registro de empresas ou de pessoas jurídicas, indicando a data da última alteração dos atos constitutivos.

- g. Cópia(s) autenticada(s) da(s) cédula(s) de identidade do(s) e do(s) Cadastro de Pessoa Física (CPF) dos sócios gerentes ou responsáveis legais da pessoa jurídica.
- h. Cópia do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) ou do Cadastro de Pessoa Física (CPF).
- i. Cópia da Transcrição ou Matrícula do Cartório de Registro de Imóveis atualizada (no máximo 90 dias) do imóvel no qual se constituirá a RPPN Estadual, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, trintenária ou desde a sua origem, acompanhada de certidão negativa de ônus reais válida.
- j. Certidão negativa de débitos de imóvel rural (ITR) atualizada, expedida pelo órgão de administração tributária competente. Certidões sem prazo de validade serão consideradas válidas até 180 dias após a data da emissão.
- k. Certidão negativa de débitos municipal (IPTU) atualizada, expedida pelo órgão de administração tributária competente. Certidões sem prazo de validade serão consideradas válidas até 180 dias após a data da emissão.
- l. Cópia do Certificado de Cadastramento do Imóvel Rural – CCIR.
- m. Formulário de Caracterização da Área da RPPN Estadual proposta preenchido. Ver modelo Anexo 3.
- n. Levantamento planimétrico georreferenciado (UTM) da área total do imóvel e da área a ser reconhecida como RPPN Estadual, com a localização, a situação da propriedade junto ao município e os confrontantes, de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em uma via impressa e uma via em formato digital (CD ou DVD) com arquivo vetorial dwg ou shp.
- o. Memorial descritivo do levantamento planimétrico da área total do imóvel e da área a ser reconhecida como RPPN Estadual, de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em uma via impressa e uma via em formato digital (CD ou DVD).
- p. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do(s) profissional(ais) habilitado(s) pela elaboração da planta do levantamento planimétrico e do memorial descritivo.

### **5.2 Documentação Necessária para a Averbação da RPPN Estadual:**

- a. Levantamento planimétrico georreferenciado (UTM) da área total do imóvel e da área a ser reconhecida como RPPN Estadual, com de localização e situação da propriedade junto ao município, de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em quatro vias impressas.
- b. Memorial descritivo do levantamento planimétrico da área total do imóvel e da área a ser reconhecida como RPPN Estadual, de acordo com a Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, em quatro vias impressas.

### **5.3 Documentação Necessária para a Criação da RPPN Estadual:**

- a. Cópia da Matrícula do Registro de Imóveis com a averbação área da RPPN Estadual.

**Anexo 1**

**Modelo de Requerimento<sup>3</sup>**

À  
Fundação do Meio Ambiente – FATMA

O(A) proprietário(a) abaixo identificado(a) solicita à Fundação do Meio Ambiente – FATMA, análise das informações e dos documentos fornecidos, com vistas a **criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual – RPPN Estadual**, sob o qual o proprietário assume total responsabilidade:

**Dados Pessoais do(a) Proprietário(a)/Requerente**

RAZÃO SOCIAL/NOME: .....

CNPJ/CPF: .....

**Endereço do(a) Proprietário(a)/Requerente**

CEP: ..... LOGRADOURO: .....

COMPLEMENTO: ..... BAIRRO: .....

MUNICÍPIO: ..... UF: ..... DDD: ..... TELEFONE: .....

**Localização do Imóvel:**

ENDEREÇO: .....

..... BAIRRO: .....

MUNICÍPIO: ..... UF: **SC** ..... TELEFONE: .....

**Dados de confirmação das coordenadas geográficas ou coordenadas planas (UTM) no sistema geodésico (DATUM) SAD-69, de um ponto no local da área a ser criada a RPPN Estadual.**

LOCALIZAÇÃO: Latitude(S): .g: ..... m: ..... s: ..... Longitude(W): .g: ..... m: ..... s: ..... ou

COORDENADAS UTM x: ..... COORDENADAS UTM y: .....

**Justificativa da Criação da RPPN Estadual:** .....

.....  
.....  
.....  
.....  
.....

**Assinatura**

Nestes termos, pede deferimento.

Local e data ....., de ..... de .....

Nome/Assinatura do(a)  
Proprietário(a)/Requerente: .....

Nome/Assinatura do(a) Cônjuge ou  
Companheiro(a) .....

<sup>3</sup> O formulário de requerimento pode ser baixado no site da FATMA ([www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)) para preenchimento.

## Anexo 2

### Modelo de Procuração<sup>4</sup>

Pelo presente instrumento particular de procuração, o(a) outorgante abaixo qualificado(a), nomeia e constitui seu bastante procurador(a) o(a) outorgado(a) abaixo qualificado(a) para representá-lo(a) junto à Fundação do Meio Ambiente no processo **de criação de Reserva Particular do Patrimônio Natural Estadual – RPPN Estadual** da área abaixo qualificada:

#### Dados do(a) Outorgante

RAZÃO SOCIAL/NOME: ..... NACIONALIDADE: .....  
ESTADO CIVIL: ..... PROFISSÃO: ..... CARGO: .....  
EMPRESA: ..... CNPJ/CPF: .....

#### Endereço do(a) outorgante

CEP: ..... LOGRADOURO: .....  
COMPLEMENTO: ..... BAIRRO: .....  
MUNICÍPIO: ..... UF: .....

#### Dados do(a) Outorgado(a)

RAZÃO SOCIAL/NOME: ..... NACIONALIDADE: .....  
ESTADO CIVIL: ..... PROFISSÃO: ..... CARGO: .....  
RG: ..... CNPJ/CPF: .....

#### Endereço do(a) Outorgado(a)

CEP: ..... LOGRADOURO: .....  
COMPLEMENTO: ..... BAIRRO: .....  
MUNICÍPIO: ..... UF: .....

#### Dados do Imóvel

ENDEREÇO: .....  
BAIRRO: ..... MUNICÍPIO: .....  
UF: **SANTA CATARINA**  
MATRÍCULA NO REGISTRO DE IMÓVEL DA RESPECTIVA COMARCA: .....

#### Assinaturas

Local e data ..... de ..... de .....

.....

Outorgante

.....

Outorgado(a)

<sup>4</sup> O formulário de procuração pode ser baixado no site da FATMA ([www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)) para preenchimento.

### Anexo 3

#### Modelo Caracterização da Área da RPPN Estadual Proposta<sup>5</sup>

O diagnóstico deve apresentar um conteúdo mínimo adequado para caracterizar a área da propriedade onde será criada a RPPN Estadual:

##### Identificação da propriedade

Nome da RPPN Estadual proposta: .....

Nome do imóvel: .....

Endereço do imóvel: .....

Município: ..... CEP: .....

Telefone do imóvel: .....

Matrícula no Registro de Imóveis da respectiva Comarca:

##### Caracterização do proprietário(a) ou representante legal (empresa) para contato:

Nome do(a) proprietário(a): .....

CPF/CNPJ: .....

Endereço: .....

Município: ..... UF: ..... CEP: .....

Telefone: ..... Celular: ..... E-mail: .....

##### Descrição da RPPN Estadual Proposta:

Área total do imóvel (hectares): .....

Área da Reserva Legal (hectares): .....

Área da RPPN Estadual (hectares): .....

Localização da área da RPPN Estadual proposta:

Coordenadas Geográficas ou: Latitude(S): g: ..... m: ..... s: ..... Longitude(W) g: ..... m: ..... s: .....

Coordenadas UTM x: ..... Coordenadas UTM y: .....

Confrontantes do imóvel: Norte: ..... Sul: ..... Leste: ..... Oeste: .....

A área da RPPN proposta incide sobre unidades de conservação? Sim Não Próximo

Qual a UC? ..... Distância aproximada: .....

Existe proposta em andamento ou estudos para criação de unidades de conservação públicas que coincide com a área da reserva em análise?

Sim Não Não sabe Qual: .....

Vinculação ou não de projeto/licença/autorização junto a FATMA: Sim Não Qual: .....

A RPPN proposta contém Áreas de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal da propriedade? Sim Não Qual a porcentagem: .....

Existe a aplicação de agrotóxicos próximo à área da RPPN proposta? Sim Não Em qual atividade? .....

##### Características ambientais da RPPN Estadual proposta

Vegetação predominante:	Mata preservada	Mata em regeneração	Campo Nativo
	Pastagem	Plantas exóticas—pinus, eucalipto, uva japonesa	Outros

<sup>5</sup> O formulário de caracterização da área da RPPN Estadual proposta pode ser baixado no site da FATMA ([www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)) para preenchimento.

Cite nomes de árvores existentes (cedro, canela-preta, angico, cabreúva, bracatinga, etc):

.....  
 .....

Existem sinais de degradação ambiental na RPPN proposta?	Estradas	Queimadas	Erosão
Pisoteio por gado	Corte seletivo de árvores	Caça/captura de animais	Mineração
Clareiras artificiais	Assoreamento de cursos d'água	Plantas e animais invasores	Desmatamento
Outros	Quais?		

Existem aspectos de relevante beleza cênica:	Cavernas, grutas	Capões de mata	Afloramentos rochosos
	Cachoeiras	Quedas d'água;	Lago ou lagoa natural
	Outros	Quais:	

Existem nascentes, riachos, córregos, rio no interior ou no limite da RPPN proposta: Sim Não Quais: .....

Existem construções antigas e históricas na propriedade? Sim Não Quais: .....

Existem vestígios de fósseis, sambaquis, indícios antigos indígenas na propriedade? Sim Não Quais: .....

Existem animais silvestres (paca, veados, macacos, sapos, tucano, papagaio, etc)? Sim Não Quais: .....

Existem animais ameaçados, raros, presença de ninhos de aves ou áreas de reprodução na RPPN proposta? Sim Não  
 Não sabe Quais: .....

Existem estudos sobre a fauna (animais) da região? Sim Não Quais: .....

Existem registros/estudos sobre a flora (plantas)? Sim Não Quais: .....

Já foi realizada alguma pesquisa na RPPN proposta? Sim Não Quais: .....

Outras informações adicionais a critério do proponente (com acervo fotográfico, pesquisas, etc.):

.....  
 .....

**Características Socioeconômicas da RPPN Estadual proposta/imóvel**

Quais as atividades desenvolvidas no Imóvel?

Existem eventuais atividades poluidoras? Sim Não Quais: .....

Existem moradores na área da RPPN? Sim Não Quantos: .....

Existem moradores no imóvel? Sim Não Quantos: .....

Existe alguma participação/apoio de associações, ONG's, Poder Público? Sim Não Quais: .....

Considerando as possibilidades previstas na legislação referente as RPPNs, quais as intenções de uso para a RPPN Estadual proposta:

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

Outras informações relevantes:

-----  
-----  
-----  
-----  
-----  
-----

**Observação:** Anexar outros registros documentais e fotográficos



## Anexo 4

### Endereços da Fundação do Meio Ambiente – FATMA

#### Sede

Rua Felipe Schmidt, 485, Centro  
88010-001 - Florianópolis - Santa Catarina  
Fone: + 55 48 3216 1700  
E-mail: [fatma@fatma.sc.gov.br](mailto:fatma@fatma.sc.gov.br)  
URL: [www.fatma.sc.gov.br](http://www.fatma.sc.gov.br)

#### Coordenadorias de Desenvolvimento Ambiental

##### **CODAM - Florianópolis**

Fone: (0xx48) 3222 8385 / 3222 5269  
Rua: Emir Rosa, 523, Centro  
88020-050 - Florianópolis - Santa Catarina  
E-mail: [fpolis@fatma.sc.gov.br](mailto:fpolis@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Joinville**

Fone: (0xx47) 3431 5200  
Rua: Do príncipe, 33 – Ed. Manchester 10º andar  
89201-000 - Joinville - Santa Catarina  
E-mail: [joinville@fatma.sc.gov.br](mailto:joinville@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Chapecó**

Fone: (0xx49) 3321 6800  
Rua: Travessa Guararapes, 81-E  
89801-035 – Chapecó - Santa Catarina  
E-mail: [chapeco@fatma.sc.gov.br](mailto:chapeco@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Canoinhas**

Fone: (0xx47) 3622 0613 / 3622 2877  
Rua: Pastor Jorge Veiger, 570  
89460-000 - Canoinhas - Santa Catarina  
E-mail: [canoinhas@fatma.sc.gov.br](mailto:canoinhas@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Tubarão**

Fone: (0xx48) 3622 5910  
Rua: Padre Bernardo Freüser, 227  
88701-120 - Tubarão - Santa Catarina  
E-mail: [tubarao@fatma.sc.gov.br](mailto:tubarao@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Itajaí**

Fone: (0xx47) 3246 1904  
Rua: Domingos José Cabral, 130  
88301-260 - Itajaí - Santa Catarina  
E-mail: [itajai@fatma.sc.gov.br](mailto:itajai@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM – São Miguel D'Oeste**

Fone: (0xx49) 3631 3100  
Rua: Tiradentes, 1854, Bairro São Luiz  
89900-000 – São Miguel do Oeste - Santa Catarina  
E-mail: [saomigueloeste@fatma.sc.gov.br](mailto:saomigueloeste@fatma.sc.gov.br)

##### **Laboratório Florianópolis**

Fone: (0xx48) 3238 0980  
Rod. SC 401, km4, 4240, Bairro Saco Grande II  
Ed. Via Norte  
88032-000 - Florianópolis - Santa Catarina

##### **CODAM - Criciúma**

Fone: (0xx48) 3461 5900  
Rua: Melvin Jones, 123, Bairro Comerciário  
88802-230 - Criciúma - Santa Catarina  
E-mail: [criciuma@fatma.sc.gov.br](mailto:criciuma@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Blumenau**

Fone: (0xx47) 3231 7500 / 3231 7599  
Rua: Rua Braz Wanka, 238 – Vila Nova  
89035-160 - Blumenau - Santa Catarina  
E-mail: [blumenau@fatma.sc.gov.br](mailto:blumenau@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Lages**

Fone: (0xx49) 3222 3740  
Rua: Caetano Vieira da Costa, 575  
88502-070 - Lages - Santa Catarina  
E-mail: [lages@fatma.sc.gov.br](mailto:lages@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Joaçaba**

Fone: (0xx49) 3522 0626  
Rua: Francisco Lindner, 188  
89600-000 - Joaçaba - Santa Catarina  
E-mail: [joacaba@fatma.sc.gov.br](mailto:joacaba@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM - Caçador**

Fone: (0xx49) 3561 6100  
Rua: Carlos Coelho de Souza, 120  
89500-000 - Caçador - Santa Catarina  
E-mail: [cacador@fatma.sc.gov.br](mailto:cacador@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM – Rio do Sul**

Fone: (0xx47) 3525 3473 / 3521 0966  
Rua: Porto União, 50, Bairro Canoas  
89160-000 – Rio do Sul - Santa Catarina  
E-mail: [riodosul@fatma.sc.gov.br](mailto:riodosul@fatma.sc.gov.br)

##### **CODAM – Mafra**

Fone: (0xx47) 3642 6067  
Rua: Felipe Schmidt, 423 sala 1  
89300-000 – Mafra - Santa Catarina  
E-mail: [mafra@fatma.sc.gov.br](mailto:mafra@fatma.sc.gov.br)